



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

PARECER JURÍDICO PRÉVIO ACERCA DA MINUTA CONTRATUAL

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS.

ASSUNTO: LEGALIDADE DA MINUTA CONTRATUAL – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 407/2024.

(LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – DECRETO MUNICIPAL Nº 3.901/2024)

DECRETO Nº 3.901, DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

“Disciplina e Regulamenta as normas e procedimentos das denominadas contratações diretas na Lei nº 14.133/2021, além das prerrogativas provenientes do art. 95, §2º da Lei citada, alicerçadas no Decreto Municipal nº 3.786/2023; no âmbito do Poder Executivo Municipal”.

Art. 8º. A elaboração de Parecer Jurídico deverá respeitar as prerrogativas insertas no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, sendo dispensado nas hipóteses elencadas no §5º do artigo citado, especialmente para os casos compreendidos como de baixo valor, baixa complexidade da contratação, entrega imediata ou em se tratando da utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato padronizados pelo órgão de Assessoria Jurídica do Município; além das diretrizes inseridas no Decreto Municipal nº 3.786/2023.

Art. 11. As minutas de contrato deverão, sempre que possível, obedecer às minutas padrões disponibilizadas pela Administração Pública Municipal, visando a padronização das cláusulas em toda Administração.

Conforme Parecer anexo aos autos, houve aferição oportuna e opinativa, encaminhada à doughta apreciação superior para ciência e eventual deliberação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Despacho 14- 918/2024

Encaminhado 25/07/2024 14:22

Waldirei Juridici...

Waldirei N. AUR
Assessor Juridico

SAD - DLIC - Dep...

Segue o Parecer, o qual devera ser interpretado em conjunto com os arquivos anexos.

EMENTA - EVENTUAL POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (ASSESSORIA E CONSULTORIA) POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ARTS. 25, II C/C ART. 13, III, AMBOS DA LEI Nº 8.666/93 (REVOGADA) - LEI Nº 14.133/2021, ART. 74, III, ALÍNEAS "C" E "E" - CONTRATAÇÃO QUE DEVERÁ OBSERVAR A IDEOLOGIA DA NATUREZA SINGULAR OU NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA SUA EFETIVAÇÃO - EXIGÊNCIA QUANTO A REAL NECESSIDADE DEVE ESTAR DEVIDAMENTE COMPROVADA E NÃO HAJA NENHUM IMPEDIMENTO LEGAL - STF RES-656.558 E RES-610.523 - ADC Nº 45 STF - PRECEDENTE FAVORÁVEL TCE/MS - PROCESSO TC/MS 10829/2013, ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO, RELATOR: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES - TCE/MS DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 7121/2022 - TCE/MS - AC01-G.WNB-1044/2014 - PARECER TCE-MS Nº 00/0032/01 - OBSERVÂNCIA DAS SÚMULAS Nº 252/10 E Nº 264/11 DO TCU - SÚMULA TC/MS Nº 62 - LEI FEDERAL Nº 14.039/2020 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3.790/2023.

Waldirei de Campos Gouveia Neto
Assessor Juridico do Municipio.

Portaria nº 458/2016 - Substituída Pela Portaria nº 086/2021.

"Seja extremamente sutil, tão sutil que ninguém possa achar qualquer rastro. Seja extremamente misterioso, tão misterioso que ninguém possa ouvir qualquer informação. Se um general puder agir assim, então, poderá celebrar o destino do inimigo em suas próprias mãos. [1]"

[1] A Arte da Guerra - Sun Tzu; Adaptação e Prefácio de James Clavell - 42ª Edição-Rio de Janeiro: Record, 2010. [1].

Anexos (5)

Em lista | Em galeria

Baixar

Tabela

25_07_2024_Inex_Contratacao_Assessoria_JUR_NLLC.pdf (2,04 MB)

3 downloads

AC01_G_WNB_1044_2014.pdf (679,54 KB)

0 downloads

ADC_45_Conselho_OAB.pdf (616,53 KB)

0 downloads

Prosseguindo, passo à análise da minuta contratual, alicerçada nos termos do art. 53 da NLLC.

Os modelos possuem aprovação prévia da AGU, em parceria com a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, à luz do art. 19, IV da referida Lei, devidamente modificados para a realidade do ente público municipal, nos termos do art. 25, §1º da NLLC.

[https://www.gov.br/agu/pt-](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133)

[br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133)

gov.br

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

Entrar com o gov.br

Advocacia-Geral da União

O que você procura?



Composição > Consultoria-Geral da União > cgu > modelos > Modelos de Licitações e Contratos > Modelos da Lei 14.133/21

Modelos da Lei 14.133/21



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

Analizando a minuta contratual, em atenção ao teor dos arts. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observa-se que as cláusulas contratuais contemplam os requisitos necessários elencados no art. 92, dos quais destaco: objeto, o regime e a forma de execução, fiscalização, da execução propriamente dita (especificidades quanto a execução/realização do serviço – Cláusulas Primeira e Segunda) responsabilidades, obrigações da contratante e da contratada, valor e forma de pagamento (consideradas às suas especificidades), bem como as sanções pelo inadimplemento; além de outras cláusulas consideradas indispensáveis, conforme preconiza o art. 92, distribuídas no corpo do texto.

ENTENDO QUE A MULTA ELENCADE NA CLÁUSULA DÉCIMA, SE MOSTRA ADEQUADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES (arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 Consideradas as prerrogativas administrativas, provenientes do Título III, Capítulo IV (art. 104 – Das Prerrogativas da Administração), vide Lei nº 14.133/2021, o (a) contratante, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:

b) multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho quando se tratar de Sistema de Registro de Preços, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou da ata de registro de preços, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

Conforme entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União:

“Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU

Conceito e Noções Gerais

Contrato administrativo, de acordo com a Lei no 8.666/1993, e todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.

Regulam-se os contratos pelas respectivas cláusulas, pelas normas da Lei de Licitações e pelos preceitos de direito público. Na falta desses dispositivos, regem-se pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

Após concluído o processo licitatório ou os procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a Administração adotará as providências necessárias para celebração do contrato correspondente.

No contrato devem estar estabelecidas com clareza e precisão as cláusulas que definam direitos, obrigações e responsabilidade da Administração e do particular.

Essas disposições devem estar em harmonia com os termos da proposta vencedora, com o ato convocatório da licitação ou com a autorização para contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Contratos celebrados entre a Administração e particulares são diferentes daqueles firmados no âmbito do direito privado. Isso ocorre porque nos contratos celebrados entre particulares vale como regra a disponibilidade da vontade, enquanto que naqueles em que a Administração é parte deve existir a constante busca pela plena realização do interesse público.

Essa distinção faz com que as partes do contrato administrativo não sejam colocadas em situação de igualdade. A Administração assume posição de supremacia e pode, por exemplo, modificar ou rescindir unilateralmente o contrato e impor sanções ao particular.

Prevalece no contrato administrativo o interesse da coletividade sobre o particular. Essa superioridade, no entanto, não permite que a Administração ao impor vontade própria ignore direitos do particular que com ela contrata. A Administração tem o dever de zelar pela justiça.

Não pode ser celebrado contrato com pessoas estranhas ao procedimento de licitação ou de contratação direta, sob pena de ser declarado nulo de pleno direito".

SOLICITO A DEVIDA ATENÇÃO AOS FISCAIS DO CONTRATO, HAJA VISTA A FORMA DE EXECUÇÃO, POSTO QUE O PAGAMENTO A SER REALIZADO PELO ENTE PÚBLICO SOMENTE IRÁ OCORRER QUANDO HOUVER A COMPROVAÇÃO DOS VALORES DEVIDAMENTE RESTITUÍDOS AOS COFRES PÚBLICOS MUNICIPAIS, LOGO, OS FISCAIS DEVERÃO ATENTAR-SE A METODOLOGIA ACERCA DO PAGAMENTO.

O ASSESSOR JURÍDICO SUBSCRITOR EXAROU SUA MANIFESTAÇÃO NOS AUTOS, VEJAMOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Despacho 22- 918/2024

Respondido 31/07/2024 16:35



Waldirio N. **AJUR**
Assessor Jurídico



SAD - DLIC - Dep... @

Vamos aos apontamentos.

2.3 A remuneração dos serviços prestados a título de honorários contratuais, serão realizados após a devida comprovação do êxito em favor da contratante, devidamente contabilizado na receita, a título de recuperação de receita - de forma definitiva (sem possibilidades de reversibilidade).

A presente cláusula pode vir a ser interpretada da seguinte forma?

"sobre o montante devidamente restituído aos cofres públicos municipais, os quais serão pagos quando do recebimento definitivo dos créditos"

Quanto a cláusula penal, haja vista de tratar de contrato "Ad Exitum", não consigo vislumbrar sua permanência, logo, opino pela retirada.

Verificar a vigência, por gentileza:

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS - DA VIGÊNCIA 3.1 O prazo de vigência/duração deste instrumento contratual será de 3 (três) meses, compreendido como marco inicial a data da ratificação pelas partes, chegando a termo em 00/00/0000.

Sugiro inserir o seguinte:

A fiscalização pela contratante não desobriga nem elide a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto da avença contratual, conforme preconizado na Cláusula 1.1.

Seriam esses os apontamentos para adequação.

Waldirio de Campos Gouvêa Neto
Assessor Jurídico do Município.

Portaria nº 458/2016 - Substituída Pela Portaria nº 086/2021.

ADEMAIS, ENFATIZO QUANTO A IMPOSSIBILIDADE DE EVENTUAL SUBCONTRATAÇÃO.

Despacho 21- 918/2024

Respondido 31/07/2024 09:54



Waldirio N. **AJUR**
Assessor Jurídico



Envolvidos Internos acompanhando

Prezados(as),

Diante da peculiaridade da contratação, em atenção ao Parecer Jurídico anexo, enfatizo quanto a impossibilidade de subcontratação. Atentem-se.

Acórdão - TCU

[Acórdão 275/2010-Primeira Câmara](#)

Enunciado

A contratação direta de serviços técnicos especializados não admite a subcontratação do objeto.

Waldirio de Campos Gouvêa Neto
Assessor Jurídico do Município.

Portaria nº 458/2016 - Substituída Pela Portaria nº 086/2021.

"Seja extremamente sutil, tão sutil que ninguém possa achar qualquer rastro. Seja extremamente misterioso, tão misterioso que ninguém possa ouvir qualquer informação. Se um general puder agir assim, então, poderá celebrar o destino do inimigo em suas próprias mãos. [1]"

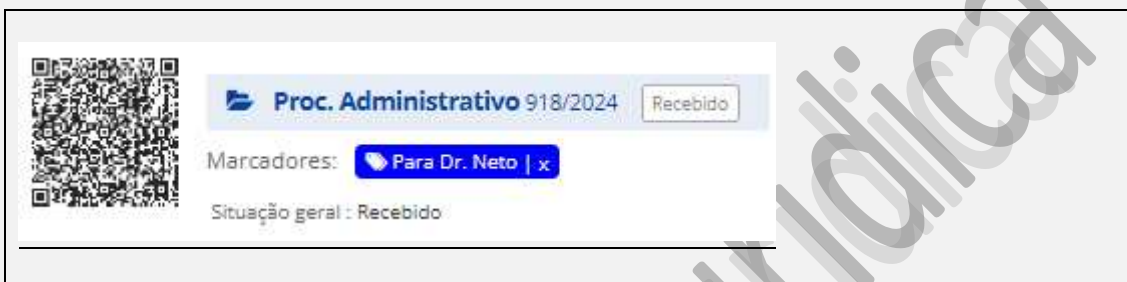
[1] A Arte da Guerra - Sun Tzu; Adaptação e Prefácio de James Clavell - 42ª Edição-Rio de Janeiro: Record, 2010. [1].



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

CONCLUSÃO -

Portanto, após análise dos atos praticados até a presente data, desde que seguidas as orientações do Parecerista Subscritor, provenientes do Proc. Adm. Virtual nº 918/2024, é que opinar-se-á pela regularidade da Minuta Contratual, nos termos do Decreto nº 3.901/2024 e arts. 53 e 92 da Lei nº 14.133/2021.



Reitero quanto a necessidade do Fiscal do Contrato em verificar minuciosamente a sua execução, relatando qualquer eventual irregularidade ou inexecução, nos termos do Decreto Municipal nº 3.791/2023, Lei nº 8.078/90 e Lei nº 10.406/2002.

DECRETO Nº 3.791, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

“Dispõe sobre a gestão e a fiscalização de contratos e atas de registro de preços celebrados pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Municipal, bem como quanto ao recebimento do objeto contratual/ata de registro de preços, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
Estado de Mato Grosso do Sul

Encaminhe-se à autoridade competente para ciência e consequente deliberação. Não se esqueçam de procederem nos moldes do art. 94, II da NLLC, atrelado às prerrogativas do Decreto Municipal nº 3.901/2024, art. 4º, VIII e §1º.

Chapadão do Sul – MS, 01 de agosto de 2024.

É O PARECER, S.M.J.

Waldir de Campos Gouvêa Neto

Portaria nº 458/2016 – Substituída Pela Portaria nº 086/2021

Assessor Jurídico do Município



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E2C5-D5AD-1080-A734

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WALDIRO DE CAMPOS GOUVEA NETO (CPF 046.XXX.XXX-50) em 01/08/2024 07:28:22 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chapadaodosul.1doc.com.br/verificacao/E2C5-D5AD-1080-A734>